

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 2 de março de 1993

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Econ. Brasil Questão de governabilidade

A exoneração do ministro da Fazenda, Paulo Haddad, torna obscuros os rumos da política econômica no governo do presidente Itamar Franco. Pouco conhecido quando assumiu a pasta do Planejamento, passando depois para a Fazenda, em substituição a Gustavo Krause, Haddad conseguiu, apesar das enormes dificuldades com que se deparou no exercício de suas funções, granjear a credibilidade do mercado, que via nele um técnico capaz de gerir as finanças públicas e promover a sua regularização a médio prazo, de acordo com um plano que começou a esboçar.

Uma inflação na faixa de 25 a 30% ao mês coloca em posição sempre vulnerável os responsáveis pela condução da política econômica e, em especial, o ministro da Fazenda. Haddad não o ignorava, mas insistiu em que a solução não deveria ser procurada através de choques ou medidas traumáticas, geradas entre quatro paredes, descartando igualmente recursos imediatistas, como o controle de preços. Seria preciso — e concordamos com ele — estabelecer um curso de ação que levasse a um plano de estabilização, elaborado com o máximo possível de transparência.

Dentro dessa linha, proceder-se-ia a um ajuste fiscal, combinado com a regularização dos passivos do setor público, para depois definir-se um programa destinado a permitir o alongamento do perfil da dívida interna e a redução dos juros, precondições para um combate mais efetivo à inflação e a retomada do desenvolvimento. Para estruturar esse plano, o ex-ministro, como se esperaria de um técnico sério, de idéias abertas, vinha mantendo contatos com economistas das mais diversas correntes. E havia muito o que discutir para tomar as medidas aventadas, entre elas a instituição de uma “âncora” cambial ou monetária.

É evidente que a implantação de qualquer parte desse programa exigiria a aprovação do presidente da República, cuja autoridade jamais foi posta em dúvida. Apesar disso, a atuação do ex-ministro notoriamente desagradou o presidente, ferido em suas suscetibilidades tão à flor da pele. Haddad contemporizou o quanto pôde, mas não engoliu, afi-

nal, indicações políticas para compor a diretoria de órgãos subordinados ao seu ministério, particularmente o Banco Central.

Não se trata apenas de um episódio em que o presidente prestigiou os políticos ou o seu círculo palaciano em desfavor de sua equipe técnica. Mais que isso: o que se constata é que o presidente Itamar Franco, como outros chefes do Executivo que o precederam, quer ser seu próprio ministro da Fazenda e, nessa condição, dá mais ouvidos a auxiliares que confessadamente não têm familiaridade com questões econômicas do que aos ministros da área, por ele próprio nomeados. E o resultado está aí: em pouco mais de cinco meses, o Brasil tem hoje o seu terceiro ministro da Fazenda, o que não transmite uma boa imagem do governo, nem aqui nem lá fora.

Isso não significa nenhuma restrição ao ministro Eliseu Resende, que ontem mesmo assumiu o cargo em lugar de Haddad. Engenheiro, tendo chefiado o Ministério dos Trans-

portes por longos anos e ocupado cargos de direção em diversas empresas tanto do setor público quanto do privado, Eliseu Resende foi também candidato ao governo de Minas Gerais. Tem, pois, reconhecida experiência administrativa e afinidade com a política.

O fato de ele não ser economista não o desqualifica para a pasta. Se tiver, como se presume, uma visão abrangente dos problemas nacionais, pode fazer uma boa gestão à frente da Fazenda, cercado de uma equipe técnica, inclusive no Banco Central, cuja presidência está vaga com a demissão de Gustavo Loyola.

O mais importante, contudo, não são os atributos de Eliseu Resende. É a forma com que ele se relacionar com o presidente. Se Itamar Franco possui qualidades políticas que lhe têm assegurado sustentação parlamentar, ele parece ter uma percepção apenas parcial da governabilidade, esquecendo-se de que ela também depende — e muito — da harmonia no primeiro escalão do governo. Seguramente, nenhum ministro da Fazenda poderá prestar bons serviços ao País se o presidente não lhe der um mínimo de segurança para poder trabalhar.